

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CONSULTADORIA JURÍDICA**

#### *Cláusulas gerais*

### Cláusula 1.ª

#### **Objeto**

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto e que tem por objeto principal a prestação de serviços de formação e consultadoria jurídica.

### Cláusula 2.ª

#### **Contrato**

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse Código.

### Cláusula 3.ª

#### **Serviços**

Pretende-se contratar um consultor externo para:

Formação profissional na área dos recursos humanos que possibilite a atualização de conhecimentos e aquisição de competências necessárias (quer para uma adequada e correta aplicação da lei aos processos e procedimentos internos quer naqueles em que o Município é chamado a relacionar-se com o cidadão).

Apoio na área jurídica, em especial na área de recursos humanos e dos procedimentos administrativos, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, interpretação e informação de apoio disponível aos serviços de Administração Pública (tais como DGAEP, DGAL, ANMP, CCDR)

#### Cláusula 4.ª

##### **Prazo contratual**

O prazo contratual é de 12 meses, compreendendo uma visita mensal (07 horas) ou em alternativa duas vezes por mês (03,30 horas) de acordo com a necessidade do município. Acresce ainda ao trabalho presencial 04 horas mensais (a concretizar através de contato telefónico e ou correio eletrónico) com produção de efeitos a partir da data da adjudicação.

#### Cláusula 5.ª

##### **Validade da proposta**

O concorrente compromete-se a manter a validade da sua proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data da entrada nos serviços.

#### Cláusula 6.ª

##### **Proposta**

- 1 – A proposta deverá obrigatoriamente indicar o preço e incluir o plano de pagamentos.
- 2 – A proposta deverá ser acompanhada por:

- Declaração conforme modelo anexo I ao CCP (modelo anexo ao presente caderno);
- Plano de visitas;

#### Cláusula 7.ª

##### **Obrigações do adjudicatário**

Constituem obrigações do adjudicatário:

- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão abrangidos, nos termos do artigo 81º do CCP;
- b) Prestar os serviços à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do presente Caderno de Encargos;
- c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Não subcontratar, no total ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua situação jurídica.

#### Cláusula 8ª

##### **Obrigações da entidade adjudicante**

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Tondela obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### Cláusula 9ª

##### **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A faturação deverá mencionar a denominação do concurso e ter apenso à mesma o número sequencial de compromisso.

#### Cláusula 10ª

##### **Conformidade dos serviços**

1-O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato em conformidade com as especificações do presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 11ª

##### **Incumprimentos contratuais**

- 1- Pelo incumprimento da prestação dos serviços, por parte do prestador de serviços, poderá o Município de Tondela resolver o contrato, bem como exigir ser indemnizado nos termos gerais de direito pelos prejuízos causados.
- 2- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Tondela tem em conta, nomeadamente, o grau de culpa do prestador de serviço e as consequências do incumprimento.

## Cláusula 12ª

### **Força maior**

1-Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados à sociedade do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedade dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 13ª

##### **Resolução por parte do Município de Tondela**

1-Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Tondela pode resolver o contrato nos termos do art.º 10 da LGTFP aprovada pela Lei 35/2014.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas.

#### Cláusula 14ª

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1-Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos do art.º 10 da LGTFP aprovada pela Lei 35º/2014.

2- O direito de resolução é exercido mediante declaração enviada ao Município de Tondela, que produz efeitos trinta dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato não determina a rejeição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 15ª**

**Preço base**

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de 6000,00€ acrescido de IVA à taxa legal.

**Cláusula 16ª**

**Resolução de litígios – foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

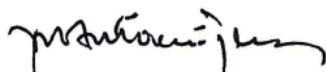
**Cláusula 17ª**

**Direito aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos e Lei 35/2014.

Tondela, 22 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara



(José António Gomes Jesus, Dr.)